ATA DA QÜINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEGUNDA LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1998.

Aos quatorze dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua sede, sob a Presidência do vereador José Führ, estando ainda presentes os seguintes edis: João Adelmo Welter, Marli Paulina Schaeffler Krummenauer, Ricardo Trierweiler, Rosiméri Petry Weber, Adelar Henrique Schmitt, Romeo Vogel, Maria Beatris Weber Enzweiler e Paulo Froehlich. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, à Secretária da Mesa Diretora, vereadora Maria Beatris W. Enzweiler, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, e, não havendo objeções, foi a mesma aprovada por unanimidade. Em **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, constaram: Do Deputado Elvino Bohn Gass, Of.003/98, trazendo informações sobre empréstimo de agricultores referente ao cheque-seca e apresentando proposta de pagamento, além de solicitar apoio dos edis. Da Assembléia Legislativa, os jornais Diário da Assembléia de números: N°7164 e N°7166. Havendo a existência de quorum, foi iniciada a **ORDEM DO DIA**, passando-se à votação dos seguintes Projetos: Projeto de Lei N°012/98, que dispõe sobre o transporte escolar do Município, e dá outras providências. A relatora, vereadora Marli P. S. Krummenauer, expôs que ainda estava com dúvidas sobre o Projeto, e considerando o mesmo não apresentou parecer, pedindo vistas. Projeto de Lei N°013/98, que autoriza o pagamento de despesas de passagem e hospedagem a convidados oficiais do Município e dá outras providências. Explicou o relator, vereador Paulo Froehlich, que conforme o Projeto, o Executivo seria autorizado a pagar despesas geradas pelo Artigo 1°(primeiro), até o valor de R\$3.693,20(três mil seiscentos e noventa e três reais e vinte centavos), à pessoas que a interesse do Município viessem proferir palestras ou cursos. Observou o Presidente da Mesa, que o valor citado seria para pagar despesas por um ano, e se não fosse todo ele usado, ficaria na Prefeitura. Ainda comentou, o Presidente, que seriam somente pagas as despesas de convidados oficiais, pois se palestrante se fizesse acompanhar de pessoa não convidada, essa não seria beneficiada. E, que toda despesa paga teria nota fiscal, o que permitiria aos vereadores fiscalizar esses gastos. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que esses atos seriam determinados através de decreto do Prefeito. Comentou no instante, o vereador Adelar H. Schmitt que o valor apresentado era alto considerando ser anual. Pois teria-se a soma de R\$10,00(dez reais) por dia e ainda sobrariam R\$43,00(quarenta e três reais) de troco. Falou então, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não era certo que a quantia seria toda ela usada. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que a seu ver o valor previsto seria muito elevado, considerando que permitiria o gasto de R\$10,00(dez reais) durante os 365(trezentos e sessenta e cinco) dias do ano e ainda sobraria dinheiro. Comentou ainda, o vereador Adelar H. Schmitt, que não sabia o por quê de ser previsto valor tão alto, se era provável que não seria usado, pois no máximo o que alguém gastaria, vindo ao Município, seriam R\$50,00(cinquenta reais) por dia. E que certamente essas despesa não passariam de R\$1.000,00(um mil reais), considerando que no ano passado ninguém havia sido convidado. Expôs o Presidente da Mesa, que se não estivesse enganado, esse valor estava previsto no orçamento. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que certamente o Executivo havia se baseado em algum parâmetro, para definir o valor, visto não ser exato. Considerando o mesmo, pediu ao relator, que obtivesse a informação. Perguntou no instante, a vereadora Marli P. S. Krummenauer que se fosse convidado grupo folclórico, se esse poderia usufruir do benefício. Sendo dito, pela vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não poderia, pois para que o Poder Executivo pudesse paga-las seria necessário que a atividade constasse do calendário de eventos. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que no caso da Schmierfest, os organizadores haviam sido pagos com recursos arrecadados com a promoção, e que nesses casos, não poderiam ser pagos com os valores autorizados pelo presente projeto. Em seu parecer, o relator, vereador Paulo Froehlich, se manifestou favorável ao Projeto. Em votação,

foi o mesmo aprovado por unanimidade em primeira votação. Projeto de Lei N°014/98, que cria o Conselho Municipal de Desportos(CMD), o Registro Municipal de Entidades Esportivas e dá outras providências. O relator, vereador Ricardo Trierweiler, pediu mais uma semana de prazo para apresentar seu parecer, pois, expôs, ainda estava com dúvidas sobre o Projeto. Projeto de Lei N°015/98, que autoriza o Poder Legislativo a celebrar convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O relator, vereador Romeo Vogel, expôs que o convênio firmado com o INCRA, a cinco anos, estava encerrando, e sendo necessário renová-lo. Disse que agricultores, muitas vezes enfrentavam problema de cadastro no citado órgão, e para que não fossem obrigados a se deslocar até a entidade, o Município firmava convênio, onde funcionário da Prefeitura procurava solucioná-los. Comentou o Presidente da Mesa Diretora, que o único gasto a mais que o Município teria com o convênio, seriam as diárias do funcionário, quando esse fosse ao INCRA. Observou no instante, o vereador Adelar H. Schmitt, que havia erro na redação do Projeto, autorizando o Poder Legislativo a celebrar o convênio, o que não seria atribuição desta Casa, fato que impedia a votação deste. Disse então o Presidente da Mesa, que o Projeto seria devolvido ao Executivo, para a devida correção. Dando continuidade, passou-se à apreciação do Projeto de Lei N°016/98, que cria o Fundo Municipal de Saúde - FMS -, e dá outras providências. A relatora vereadora Maria B. W. Enzweiler, explicou, que querendo ou não, a saúde estava sendo municipalizada. E, a criação do Fundo seria necessária a fim de permitir o repasse de dinheiro por parte do governo federal. Expôs ainda, que o Conselho fiscalizaria a aplicação dos recursos desse Fundo. Comentou o Presidente da Mesa, que a delegada da saúde, no mês de março, do ano passado, quando em visita ao Município, onde alguns colegas vereadores estiveram presentes, já orientara no sentido de criar-se o Conselho de Saúde, visando a municipalização. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que esse dinheiro dos repasses, não poderia ser depositado em conta da Prefeitura. Perguntou, na oportunidade, o vereador Adelar H. Schmitt, se o Conselho de Saúde já havia sido criado. Sendo-lhe informado que esse já fora constituído. Perguntou então, quem o integrava. Respondeu-lhe a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que esse era formado pelo presidente da Comunidade Católica, pelo Presidente da Comunidade Evangélica, pela Presidente do Grupo de Idosos, pelo médico, pela Secretária da Saúde do Município, que era membro nato, e, por mais um representante que não se lembrava quem era. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que no total eram seis membros. Em seu parecer, a relatora, Maria B. W. Enzweiler, se manifestou favorável ao Projeto. Colocado em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª(primeira) votação. Projeto de Resolução N°04/98, que concede reajuste salarial ao Secretário da Câmara. Expôs o vereador Paulo Froehlich, relator, que não teria nada a expor, pois que o reajuste já havia sido votado duas vezes, só ocorrendo a revogação devido ao erro na data de vigor desse. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Sendo esse aprovado por unanimidade em 1ª(primeira) votação. Passando-se às **EXPOSIÇÕES PESSOAIS**, pediu o Presidente da Mesa Diretora, vereador José Führ, aos edis que, apresentassem suas reivindicações. Apresentou, então, no momento, a vereadora Rosiméri P. Weber, o ofício n°005/RPW/98(número zero zero cinco barra noventa e oito), encaminhando as manifestações de números: n°004/RPW/98(número zero zero quatro barra noventa e oito) e n°005/RPW/98(número zero zero cinco barra noventa e oito) e solicitando que após ouvido o plenário, fossem enviadas à Secretária da Saúde. Pela manifestação número quatro, a vereadora manifestava surpresa e indignação, com a resposta apresentada ao pedido de informação n°004/98(número zero zero quatro barra noventa e oito), dada através do ofício número zero sessenta e quatro barra gabinete barra noventa e oito. Através da manifestação número 005/RPW/98(zero zero cinco barra noventa e oito) manifestava agradecimentos pelo serviço de encaminhamento da paciente Lúcia Moraes à PUC. Após a leitura, colocou, o Presidente da Mesa, em discussão a manifestação primeiro apresentada. Comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não sabia se o Hospital Geral possuía controle do número de consultas à pacientes do Município, visto que à esse, era pago valor fixo, independente de quantas pessoas eram atendidas. Ao contrário do que acontecia no convênio

com o Hospital São José de Ivoti, onde pagava-se por consulta. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que no início do convênio o Hospital Geral havia enviado relação dos munícipes lucenenses atendidos. Disse a vereadora Rosiméri P. Weber, que já em outra ocasião havia reivindicado o número de pacientes e que a mesmo lhe fora informado. Expôs a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que se essa informação não havia sido referente ao número de atendimentos no Hospital São José. Manifestou-se o vereador Adelar H. Schmitt, dizendo que a informação foi dada ao final do ano passado, momento em que só havia convênio com o Hospital Geral de Novo Hamburgo. Disse no instante a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que seria importante saber-se o número de atendimentos no Hospital São José de Ivoti, considerando o pagamento ser por consulta, não sendo fundamental saber-se os que ocorrem no Hospital Geral de Novo Hamburgo. Observou então, o vereador Adelar H. Schmitt, que ao final do presente ano encerraria o convênio, e, então seria importante saber se o mesmo estava sendo utilizado, pois eram R\$1.000,00(um mil reais) pagos todo mês ao citado hospital. Comentou então, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que no que se refere a consultas, achava que o Convênio com o Hospital Geral era pouco utilizado, mas em compensação havia abuso do convênio firmado com o Hospital São José. Disse que estavam sendo realizadas consultas nos horários em que havia médico no Posto de Saúde do Município. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt que os munícipes precisavam de autorização da Secretaria da Saúde para consultas realizadas no citado hospital de Ivoti. Disse a vereador Maria B. W. Enzweiler, que, conversara com a Secretária da Saúde e que essa dissera que precisaria ter conversa com o Doutor Paulo, visto que estava atendendo a munícipes lucenenses não autorizados a consultar. Perguntou, no momento, o Presidente da Mesa Diretora, se os vereadores haviam recebido cópia da relação de pacientes atendidos no Hospital São José, referente ao mês de março, passado, pois que o valor das consultas passava dos R\$3.800,00(três mil e oitocentos reais). E, pediu ao Secretário da Câmara que providenciasse cópias para os edis. Ainda, comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que a algum tempo seu vizinho fora mordido por cobra e que o levava ao médico, para atendimentos através do convênio com o hospital de Ivoti, e que nem houve a possibilidade de buscar autorização para o atendimento. Comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que nesse caso tratava-se de uma emergência, mas que havia casos de pacientes que consultavam com pediatra uma vez por mês e iam ao Hospital, quando podiam ir no Posto de Saúde. Observou a vereadora Rosiméri P. Weber, que acontecia da população procurar atendimento médico no Posto e não ser atendida, devido a ausência do médico, fato que havia ocorrido, conforme lhe haviam informado, no dia anterior, e na quinta-feira da semana que passara. Disse a vereadora Rosiméri P. Weber, que também seria importante divulgar o horário de atendimento do referido profissional, para evitar que as pessoas se dirigissem ao Posto e não fossem atendidas. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que algo que deveria ser feito, seria especificar o que poderia ser considerado motivo de consulta através do convênio quando não tivesse médico no Posto. Como exemplo, disse, que ninguém morreria de gripe de uma hora para outra, não permitindo esperar até haver atendimento no Posto. Comentou o vereador João A. Welter, que o presente convênio deveria ter sido firmado nos mesmos moldes do anterior, quando a Prefeitura pagava valor fixo, sem acréscimos por consulta ou procedimento. Expôs o Presidente da Mesa Diretora, que na legislatura passada a celebração desse convênio gerara muita discussão, pois que a consulta estava custando R\$100,00(cento reais) aproximadamente, visto que as mesmas eram na base de vinte por mês. Só que no presente a população resolvera exagerar e o número de consultados tendo aumento em muito. Expôs a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que os agricultores possuem convênio médico através do sindicato, onde pagavam o valor de R\$6,00(seis reais) por consulta. E que, sugerira à Secretária da Saúde, que a Prefeitura pagasse essas para que os agricultores consultassem através do sindicato ao invés do convênio que o Município mantém com o Hospital São José, que é gratuito. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que o Sindicato certamente não concordaria com o mesmo, pois quando mais consultas fossem feitas por meio deste, maiores as suas despesas. Observou no momento, o Presidente da Mesa Diretora, que para o presente ano estava firmado o

convênio, mas para o próximo, a questão deveria ser muito bem estudada, pois com esse valor que estava sendo pago, poderiam ser contratados dois médicos e ainda sobraria dinheiro. Voltando-se a apreciação da manifestação da vereadora Rosiméri P. Weber, colocou em votação, o Presidente da Mesa, o encaminhamento dessa. Sendo esse aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou o Presidente em discussão a manifestação apresentada por segundo. Como ninguém se manifestou, passou-se à votação do encaminhamento dessa. Tendo também esse recebido aprovação unânime dos edis. Dando continuidade, apresentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, em conjunto com o vereador Romeo Vogel o ofício de número 002/VCON/98(zero zero dois barra vereadores em conjunto barra noventa e oito) encaminhando a indicação nº002/VCON/98(número zero zero dois barra vereadores em conjunto barra noventa e oito), e solicitando que após aprovação plenária, fosse essa enviada ao Secretário dos Transportes do Estado. Pela indicação, os edis solicitavam a instalação de redutor de velocidade defronte a Escola de 1º Grau Guilherme Exner. Após a leitura, colocou o Presidente, a mesma em discussão. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que a indicação era válida, só que a seu ver deveria ser especificado o tipo de redutor, pois se fosse instalado quebra-mola, o mesmo acabaria desagradando aos motoristas. Comentou a vereadora Rosiméri P. Weber, que a pintura de faixa de segurança no local, talvez também resolveria o problema, pois com a nova legislação se motorista atropelasse pedestre que estivesse atravessando nessa, sofreria pesadas condenações. Observou o Presidente da Mesa Diretora que os pedestres lucenenses não colaboravam, pois ao final do expediente da fábrica de Calçados Dilly ou ao retornarem de missa, andavam no meio da via pública. E que já acontecera de ter que parar o veículo que estava dirigindo, por causa de pessoas que andavam na rua. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que talvez até seria questão de instalar sinaleira defronte a escola, que funcionasse nos horários de maior movimento. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler que caberia ao DAER decidir pelo tipo de redutor mais adequado. Sugeriu, no momento, ainda, o vereador Adelar H. Schmitt, aos edis proponentes da indicação que a retirassem e a rerepresentassem na próxima sessão, manifestando preferência por algum tipo de redutor. Sendo a sugestão aceita pelos referidos edis, que optaram pela retirada da indicação. Na oportunidade, comentou o Presidente da Mesa Diretora, que na presente tarde, ao ler jornal, ficara um pouco chateado, pois que a Câmara contratara profissional, e que não caberia a jornal interferir se o regimento entraria em votação ou em apreciação do plenário. E que no jornal constara que o Advogado Hilmar Derli Zamboni era amigo do Senhor Beto. Disse o vereador José Führ, Presidente da Mesa Diretora, que não conhecia o citado advogado e que hoje também era amigo desse, e que a seu ver estava fazendo um bom trabalho nessa Casa. Falou ainda, que confiava nesses que faziam um bom trabalho e que o regimento estava sendo elaborado, independente de amizade, pois que não conhecia o referido advogado quando do início dos trabalhos, só que no presente, também era amigo desse. Comentou também, o vereador José Führ, Presidente da Mesa Diretora, que estava nesta Casa para trabalhar pelo bem do Município e da população, mas que sabia que nem todos os edis tinham o mesmo pensamento. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 21(vinte e um) de abril, do corrente ano, no mesmo horário e local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata a qual após lida e aprovada, será subscrita pela Secretária e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIA

PRESIDENTE